

**O novo período de programação 2007-2013 constituirá, com elevado grau de probabilidade, a última grande oportunidade de apoio para o desenvolvimento do sector agro-florestal e, conseqüentemente, para a consolidação de um modelo sustentável de desenvolvimento do mundo rural português.**

**Fazer política é fazer opções. É, por isso, particularmente gratificante poder assumir estas funções num momento decisivo, e por isso agradeço aos organizadores deste encontro a oportunidade que me dão de, aqui, deixar expressas as orientações políticas do Governo para o sector.**

**Estamos num tempo de balanço e de mudança, e não existe grande margem para hesitações.**

**O contexto político e económico interno e externo em que nos movemos é de crescente concorrência de crescente risco, quer ao nível dos mercados, quer ao nível dos recursos, impondo, a todos, elevados padrões de exigência, tanto às empresas como ao Estado, como às Organizações da Sociedade.**

**A reforma da PAC de 2003 abriu a porta a alterações profundas do sistema vigente de apoios à agricultura europeia, criando novas oportunidades de reorientação da produção para o mercado, mas envolvendo igualmente riscos de abandono da actividade.**

**Impõe-se, por isso, um acompanhamento permanente da sua concretização e uma maior coerência na articulação entre as políticas de mercados, de preços e de rendimento e as políticas socio-estruturais e de desenvolvimento rural.**

**A proximidade do termo do terceiro Quadro Comunitário de Apoio impõe-nos um processo rigoroso de avaliação. Há que saber assumir em toda a**

**sua extensão os resultados dessa avaliação, analisando a eficácia das políticas executadas e efectuando um correcto diagnóstico sectorial.**

**Não deveremos hesitar em manter ou aprofundar o que de bom existe; mudar o que tiver de ser melhorado; eliminar o que nunca fez ou deixou de fazer sentido, inovar onde for necessário para criar as respostas adequadas aos novos desafios que se colocam ao sector.**

**Definiu, por isso, o Governo um conjunto de orientações gerais de política, muito claras, das quais gostaria de realçar duas, em particular.**

**A primeira é a do primado da orientação estratégica sobre as abordagens instrumentais. Significa isto que o futuro quadro de ajudas será construído em função de opções estratégicas de política com a consequente afectação de recursos, em oposição a uma visão de simples maximização da distribuição dos fundos disponibilizados pelos instrumentos comunitários de apoio.**

**Os fundos comunitários serão, desta forma, utilizados para apoiar o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Agrícola e Rural. Nas sua diversas vertentes, as medidas de apoio dos futuros Programas de Desenvolvimento Rural irão sendo desenhadas para apoiar a prossecução de objectivos contratualizados de desenvolvimento, por contraponto a uma lógica virada para a execução de tipologias de despesa.**

**A segunda orientação geral é a da simplificação e a transparência dos processos administrativos e de gestão.**

**A garantia duma boa aplicação dos fundos públicos, nacionais e comunitários, deve assentar na clareza de objectivos contratados e na subsequente capacidade de controlo da sua execução, desburocratizando candidaturas e simplificando procedimentos de gestão.**

**Não abdicaremos, neste domínio de implantar um sistema mais qualitativo do que quantitativo, que permita a transparência e visibilidade de procedimentos, baseado em sistemas de informação abertos e universais.**

**Relativamente às orientações estratégicas de política sectorial, julgo igualmente oportuno clarificar opções que já são públicas, mas sobre as quais não podem subsistir dúvidas.**

**No âmbito do Plano Estratégico Nacional estão definidos e plenamente assumidos cinco objectivos estratégicos. Contudo, o pilar central da política de desenvolvimento rural será inequivocamente o reforço da competitividade do sector, numa óptica sustentável e de solidariedade social, regional e intergeracional.**

**O objectivo de qualquer País ou Região é o de atrair e reter empresas que sustentem, de forma durável, o crescimento económico e a criação de emprego num contexto de grande internacionalização e concorrência.**

**É, pois, neste quadro que entendemos a competitividade, e por isso não temos dúvidas de que teremos, num contexto de recursos escassos, de fazer opções que conduzam à consolidação de um tecido empresarial e social construído numa base de sustentabilidade.**

**Definimos prioridades sectoriais, que nunca será de menos relembrar: os sectores vitivinícola, hortofrutícola, do azeite e da azeitona, das florestas e das fileiras de qualidade.**

**Não deixaremos contudo, de apoiar os projectos inovadores e os empresários de qualidade em qualquer sector, numa base exigente de análise de competitividade.**

**Quero, no entanto, deixar aqui claro, que isto não significa qualquer menosprezo pelos restantes eixos que suportam o modelo de desenvolvimento sustentável que preconizamos para a nossa sociedade e, em particular para o mundo rural: o Social, o Ambiental e o da Governança.**

**Importa, por isso, relevar uma questão que, no quadro do desenvolvimento sectorial, assume crucial importância: o papel da sociedade civil e das suas organizações e onde o “LEADER” emerge como pilar fundamental.**

**O 4º Eixo do FEADER vem afirmar a abordagem LEADER como um dos pilares estratégicos do Desenvolvimento Rural. Cerca de 15 anos após a sua implantação com uma experiência acumulada de três gerações desta iniciativa comunitária, é definitivamente reconhecida a validade desta abordagem, como elemento fundamental para a promoção da coesão social e territorial bem como para a melhoria da governança dos processos de desenvolvimento.**

**A necessidade de reforçar a articulação, estratégica e operacional, entre o LEADER e as restantes intervenções operacionais do Desenvolvimento Rural, coloca, no entanto, novos desafios no quadro da programação 2007-2013.**

**Impõe-se, por um lado, consolidar e ampliar os factores positivos que a experiência LEADER evidenciou ao longo dos anos, em particular, no que respeita ao desenvolvimento de abordagens integradas inovadoras do desenvolvimento local, da dinamização da participação dos agentes locais na gestão dos processos de desenvolvimento, na valorização e preservação dos recursos endógenos e conservação da identidade regional, bem como das vantagens em termos de eficácia operacional resultante da flexibilidade inerente à gestão de proximidade dos projectos e intervenções.**

**Torna-se necessário, por outro lado, promover a coerência estratégica destas intervenções com os objectivos de política Regional e Nacional, assegurar a sua integração operacional no sistema de gestão e controlo dos Programas de Desenvolvimento Rural e a sustentabilidade técnica e financeira dos GAL.**

**Também aqui as orientações globais que traçámos se aplicam em toda a sua extensão. Temos de saber avaliar o passado e prosseguir, para o futuro, uma política de ganhos qualitativos substanciais, sem preconceitos**

**mas também sem receios de manter o que tiver de ser mantido, de mudar o que tiver de ser mudado e de eliminar o que tiver de ser eliminado.**

**O LEADER é um instrumento para o desenvolvimento e não um fim em si mesmo. A existência de Grupos de Acção Local com qualidade técnica e de gestão e sustentabilidade financeira é uma condição necessária, mesmo essencial, à boa execução da abordagem LEADER mas não um objectivo de "per si".**

**A existência de estratégias locais de desenvolvimento coerentes e bem estruturadas, bem como de governança eficaz, capazes valorizar os recursos endógenos e promover a sustentabilidade dos territórios rurais é o verdadeiro desafio que se nos coloca a todos e será por isso o nosso único objectivo.**

**Contamos convosco para o concretizar.**